



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS	-6.10.1979		
COMÉRCIO DO PORTO			

Lurdes Pintasilgo ouviu queixas de empresários

DIÁLOGO FRANCO COM INDUSTRIAIS

- «SIM» TOTAL À DESCENTRALIZAÇÃO

No segundo dia da sua visita ao Porto, a primeira-ministra, eng.ª Lurdes Pintasilgo, dialogou com empresários e técnicos do sector metalomecânico, viu as obras de recuperação da zona Ribeira-Barredo e presidiu a uma reunião na Câmara onde estiveram em foco os problemas habitacionais mais prementes da cidade, recebendo, no final, comissões de moradores e trabalhadores e outras delegações que lhes foram expor os seus problemas.

O contacto com o sector metalomecânico decorreu numa das fábricas do ramo («A. Dias Ramos»), localizada em Lordelo. Após ter visitado aquela unidade fabril, a primeira-ministra reuniu com dirigentes de associações patronais, empresários e técnicos. Acompanhavam-na o ministro da Indústria, eng.º Marques Videira, e o ministro do Trabalho, dr. Sá Borges.

Lançando dados para a discussão, a primeira-ministra referiu a necessidade de definirmos um espaço de complementaridade para as nossas indústrias, não só um espaço europeu que se abre mais com a entrada no Mercado Comum (além dos dois países da EFTA e restantes) como o dos países do Sul da América e da África, destacando o Brasil e as ex-colónias, países com os quais Portugal pode ter relações privilegiadas.

A seguir, o ministro da Indústria assinalou o esforço de colaboração entre empresas portuguesas e estrangeiras, de que aproveitaremos a importação de tecnologias mais avançadas. Caso feliz é o do acordo pelo qual empresas de metalomecânica pesada estão

a trabalhar para empreendimentos hidro-eléctricos estrangeiros.

Poderá ser o caso da «Renault», projecto que prevê o fabrico de 200 mil motores, embora o mercado interno venha a abranger apenas entre 40 a 50 mil. Um outro aspecto que assinalou foi o da qualidade da mão-de-obra portuguesa, tantas vezes depreciada dentro de casa.

Ora os portugueses «rendem» quando trabalham em fábricas bem dirigidas no estrangeiro e foi precisamente um di-

rigente de uma firma estrangeira (britânica) encarregada de uma obra (em Leça) exigindo trabalho qualificado que declarou àquele membro do governo «nunca ter encontrado em qualquer outro sítio melhor produtividade».

«Sindicatos — os queridinhos do Governo»

O dirigente da Associação das Indústrias Metalomecânicas, Ludgero Marques, queixou-

-se de que depois do 25 de Abril as associações se têm ocupado quase somente da resolução de muitos problemas laborais e que o governo só as olha como «fazedores de contratos», privilegiando os sindicatos, «os queridinhos do governo». Entre as questões que apresentou, referiu a importância das indústrias metalomecânicas do Norte (a Associação tem 2000 sócios, nas suas fábricas trabalham 100 mil trabalhadores, sendo o Norte que exporta 85% do total de produtos que vendemos ao

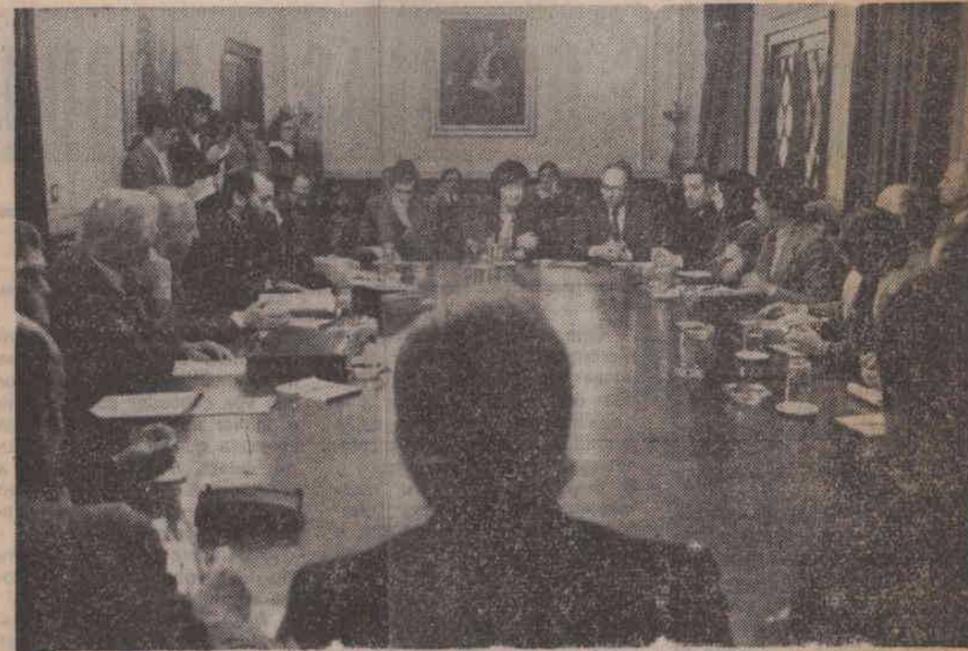
estrangeiro), importância que não é tida em conta pois as comunicações com Lisboa (o centro macrocefalo de todas as decisões) são difíceis (sete a oito horas para um camião quando não sofre avarias) e o porto de Leixões escoca com muita dificuldade, etc.

Comentando a exposição feita por aquele dirigente patronal, a eng.ª Lurdes Pintasilgo acentuou que o seu governo tem tentado alargar o conceito de parceiros sociais, não o restringindo apenas a temas exclusivamente laborais. Disse que é positivo o concurso de ambos para a abordagem de questões como a da produção, expansão industrial, etc. Quanto à necessidade de descentralização, fez notar que os artigos da Constituição que concernem esse problema não têm sido explorados, embora abram caminho a ampla regionalização no país.

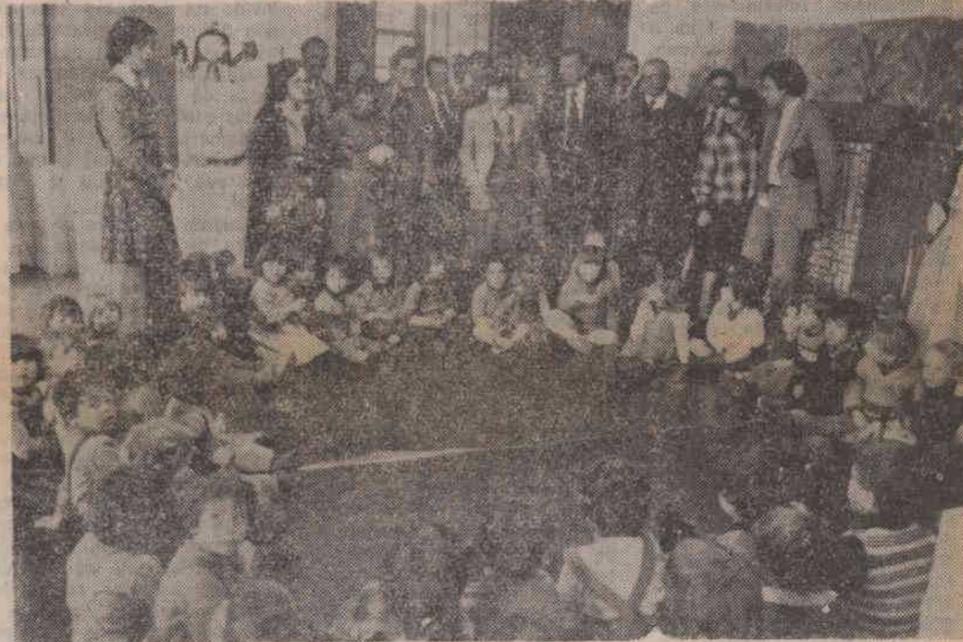
Más comunicações muitos impostos absentismo

Falou depois um industrial do ramo da produção de fogões, Pedro Brito, que denunciou as cargas fiscais insuportáveis para as empresas do ramo. Estas, no caso de não serem aliviadas, serão lançadas na falência ou terão de despedir 40% dos trabalhadores. Um grupo destes viria, no final, falar com a primeira-ministra sobre a situação que se vive no sector.

O futuro do Centro de Recuperação Urbana da Área Ribeira Barredo, que o presidente da República já considerou uma experiência-piloto do maior interesse, foi outro dos temas em foco. Como já se disse, o centro não tem nenhum estatuto nem garantias de financiamento. Vive ao sabor de uma espécie de «direito natural» e com os seus 25 funcionários sem nenhuma regalia social, apesar da obra já levada a cabo. Depois de várias intervenções, ficou acordado que um elemento do Ministério da Habitação e Obras Públicas e representantes do gabinete, estudarão, a breve prazo, a sua institucionalização, bem assim como



Ladeada pelos ministros Sá Borges e Mário de Azevedo, a eng.ª Lurdes Pintasilgo ouviu do executivo camarário o rosário das dificuldades que se sentem no campo da habitação.



Rodeada de crianças, no Centro Social do Barredo, a primeira-ministra fez um pequeno intervirto na luta com a multidão.

um plano de trabalho a médio prazo. Crê-se que o CRUARB poderá ficar sob a alçada da Câmara, mas a receber subsídios da Administração Central.

Para tornar menos negro o panorama habitacional portuense e nortenho, o secretário de Estado da Habitação, dr. David Ferreira, anunciou a lista provisória das associações de moradores e cooperativas que irão ser beneficiadas com próximos financiamentos, embora haja ainda necessidade de reformular alguns processos. Tratam-se de 946 fogos, das cooperativas «A Concha», «A Casa», «Norte Coope», «Bracara Augusta», «Santo António das Antas», «Novo Rumo», «Alteia Nova», «Tripeira», «Santo Ildefonso», «Beira Douro» e «ABC»; e das associações de Preça Velha, Lomba, Tirares, Massarelos, Leal, Combatentes, Angeiras e Cruz de Pau.

Foi, então, a altura da eng.ª Pintasilgo escutar, numa outra reunião levada a cabo na sala das sessões, os pontos de vista das populações. Acompanhada pelo ministro do traba-

lho, Sá Borges teve oportunidade de ouvir as preocupações de trabalhadores da metalúrgica Duarte Ferreira (a desintervenção está marcada para o próximo dia 19 de Dezembro) e dos dos «Fogões Leão» e «Produtos Estrela», recessos que o aumento do imposto de transacção leva à redução dos postos de trabalho. Porém a habitação voltaria à ordem do dia, com múltiplas intervenções.

Entretanto, na sala da verificação, o arq.º Rosado Correia esclarecia o ministro da Habitação e Obras Públicas da urgência em financiar as construções escolares e em avançar com a via de cintura interna, entre outros assuntos. Neste ponto, o ministro garantiu que o projecto está em curso e que é possível tê-lo pronto dentro de 10 meses. Se assim for, a obra poderá ser lançada ainda em 1980.

A noite, a primeira-ministra foi obsequiada com um jantar, oferecido pela Câmara, na Quinta da Macieirinha.

De referir, por último, que a adiada visita ao Minho está

definitivamente assente para os próximos dias 11 e 12.

Visita à zona do Barredo

Após o almoço, a primeira-ministra esteve no ex-Colégio do Postigo do Sol, no Largo Actor Dias, onde se inteirou das ultraprecárias condições de habitabilidade que o edifício oferece. Ali, como o JN ainda recentemente noticiou, estão alojadas 35 famílias, quer de desalojados das ex-colónias quer de vítimas de acções de despejo.

Esta visita, escolhida pela Câmara Municipal, foi, por assim dizer, a melhor legenda que os responsáveis pela gestão municipal encontraram para ilustrar aos representantes do Governo os gravíssimos problemas habitacionais com que a cidade se debate.

Na zona do Barredo, para onde de seguida se dirigiu, a eng.ª Lurdes Pintasilgo foi recebida no Gabinete do C.R.U. A.R.B. por um dos seus res-

(CONTINUA NA PAGINA 19)



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS	-6.10.1979		
COMÉRCIO DO PORTO			

LURDES PINTASILGO REGRESSA HOJE A LISBOA

(CONTINUADO DA 10.ª PÁG.)

ponsáveis, o eng.º Manuel Ribeiro, que prestou à chefe do Governo todos os esclarecimentos sobre a operação em curso. Desde 1974 que já foram restauradas 120 casas e empregos cerca de 180 mil contos; no entanto, a intervenção está prevista em mais 350 edifícios, na mesma área, e em outras zonas do centro histórico, assim seja rapidamente definido um plano de acção e dotado o gabinete do indispensável apoio jurídico.

Constantemente assediada pela população, que lhe dava conta dos seus anseios, designadamente reformados e pessoas confrontadas com carências de habitação, a primeiro-ministro visitou a zona restaurada com extraordinária dificuldade. Apesar dos esforços das forças de segurança, foi a romper por entre a multidão, a golpes de sorriso e carícias nas crianças, que a eng.ª Lurdes Pintasilgo chegou ao eco-museu e transpôs o largo da Ribeira.

Na Câmara do Porto, onde chegou ao calor da tarde, a chefe do Governo recebeu ramos de flores das mãos de um grupo de miúdos que ostentava um cartaz («O passe para nós é bestial, mas queremos os cinemas mais baratos») e um coro de encorajamento: «Pintasilgo no po-

leiro, queremos nós o tempo inteiro».

Seguiu-se uma reunião com o executivo municipal e todos os elementos do governo que integravam a comitiva, em que foram especialmente abordadas as carências habitacionais. Nesse sentido, através de um documento que entregou em mão à eng.ª Lurdes Pintasilgo, a Câmara solicitou ao Governo que a cidade do Porto, no sector da habitação, seja considerada em situação de emergência, pelo que propôs a elaboração de um «plano de intervenção de emergência», a levar a cabo, dentro de 30 dias, por representantes do Governo, do CRUAR e do Município.

Lurdes Pintasilgo entendeu a proposta como do maior interesse, já que no Porto, ao contrário do que acontece noutros pontos do país com problemas idênticos, estão asseguradas as condições de base para avançar.

A propósito da mesma questão, o governador civil, dr. Cal Brandão sugeriu ao Governo que fossem temporariamente suspensas as acções de despejo na área do concelho do Porto, argumentando com as múltiplas acções de despejo em que tem de intervir, requisitando os prédios. Disse ser essa uma situação insustentável, mas que não tende a diminuir. Referiu ainda números, especialmente de crian-

ças, que estiveram em risco de ter de viver na rua. Esta sugestão será estudada a par da proposta do executivo camarário.

Manuel Pinho, um outro empresário, salientou como era caro ter de andar a correr para Lisboa, cuja distância é muito aumentada pelas más vias de comunicação, e as dificuldades que se levantam por as empresas terem de esperar mais de três horas por uma chamada telefónica para o estrangeiro.

O empresário da «Jacinto Ramos & Irmão», entre outras coisas referiu o problema do absentismo. O ministro Sá Borges salientou que no Sul este tem vindo a diminuir muito e que há legislação para o assunto. Entretanto, esse problema passa pelos Serviços Médico-Sociais. Já o primeiro-ministro pôs o dedo na ferida. O nosso país tem um consumo elevadíssimo de cuidados de saúde, embora um baixo índice de sanidade. Há casos de «caixas» em que os médicos ocupam 80% do tempo para só tratarem da definição da situação laboral... Há «caixas» onde a pergunta que se faz à entrada é «de quantos dias» é a «baixa» de que se necessita... Tudo está relacionado — o problema dos médicos no Verão passado não era de uma classe profissional

apenas, mas também o da mudança desta prática.

O eng.º Joaquim Macedo, da Sorefame, fez uma intervenção em que relevou a necessidade de aproveitamento das indústrias metalomecânicas ligeira que está a descer em latitude na Europa e quase a apanhar a faixa mediterrânica. É um sector que pode absorver muita mão-de-obra e oferece perspectivas ao nosso país. Por outro lado, acentuou que muitas empresas de média dimensão são capazes de andar pelos seus próprios meios, carecendo, no entanto, de «uma palavra de estímulo» vinda do Governo.

A acção do IAPMEI foi por diversas vezes focada. O Instituto tem dado apoio mas quando chega a fase de financiamento nascem os problemas. O proprietário de uma pequena empresa que fabrica material muito especializado, em colaboração com outras empresas maiores, contou o processo complicado que tem feito da sua fábrica bola de pingue-pongue entre um banco e a Caixa Geral dos Depósitos. Já, o primeiro-ministro interveio para assinalar que embora, a banca esteja nacionalizada, a concessão de créditos e facilidades tem seguido muitas vezes interesses discricionários de gestores e não as linhas de orientação definidas pelo Governo, os interesses mais profundos do povo. Porém, a propósito do IAPMEI assinalou que de dois milhões de contos avaliados pelo Instituto só 1% correspondia a falhas, o que é um excelente resultado da sua actividade.

Um outro problema levantado foi o da ligação entre a fábrica e a Universidade, uma ligação muito frouxa até ao momento. A primeiro-ministro recordou que há em Portugal tantos centros de investigação como em qualquer outro país em desenvolvimento; simplesmente estão a trabalhar em programas dispendiosos e totalmente dispersos. Ao incluir no seu Gabinete o Ministério da Cultura e da Ciência procurou, precisamente, criar um meio de unificar e possibilitar o aproveitamento de todo esse trabalho de investigação.

O presidente da Associação Industrial Portuguesa, eng.º Almeida e Sousa, defendeu acaloradamente o alargamento do porto de Leixões e a sua maior funcionalidade, uma autêntica delegação do Ministério da Indústria no Porto, a transformação do Douro num rio navegável, a localização do laboratório de investigação industrial no Norte, bem como a distribuição de investimentos também pelo Norte.

No final, o primeiro-ministro declararia que o Governo deve estar onde está a realidade, dando todo o seu apoio à ideia de que é necessária a descentralização. Pensou, ao estruturar o seu Governo, criar um Ministério no Norte — se o anunciasse então «ainda mais me chamariam utópica», acrescentou.

PRIMEIRO-MINISTRO FALOU AO JN

«ABALAM-ME OS OBSTÁCULOS ONDE NÃO OS ESPERAVA»

Fundação Cuidar o Futuro

Cansada mas a sorrir, a eng.ª Lurdes Pintasilgo falou-nos da sua visita ao Porto. Disse-se contente e triste. Falou-nos também do seu Governo e dos obstáculos que não esperava encontrar. E também do seu futuro político, ou seja, na determinação com que, num cargo oficial ou não, porá ao serviço deste país, que «terá de encontrar caminhos novos», procurando-os com ousadia e afastando com intransigência, todos os que entravarem o rumo. Mas não foi uma entrevista, antes uma conversa quase informal, onde se, por parte do primeiro-ministro, um aberto elogio ao JN: o primeiro jornal que lê todos os dias e que admira pela sua objectividade e rigor.

— Durante estes dois dias, o que mais a alegrou e o que mais a entristeceu?

— O que me alegrou mais foi a espontaneidade e o calor humano das pessoas que, afinal, não têm nada que ver com a maneira como, muitas vezes, se recebe, em bloco, as pessoas do Norte. Realmente, apareceram diante de mim pessoas sem nenhum preconceito em relação à minha vida nem à minha actividade no Governo, antes pelo contrário, pessoas que exprimiram, a todo o nível, quer como as pessoas muito simples e muito desfavorecidas, como as do Barredo e algumas que eu vi agora na Câmara, quer os industriais quer as pessoas do chamado mundo da cultura, que exprimiram também os seus interesses. Isso foi o que mais me alegrou, encontrar esse espírito aberto, espontâneo e caloroso.

O que mais me entristeceu, não posso deixar de o dizer, foi o problema gritante deste número enorme de pessoas que estão a viver em condições que considero realmente infra-humanas. Num dos lugares que visitei, no Postigo do Sol, fiquei extremamente impressionada. Já tenho visitado vários bairros de lata, muitas instalações deficientes de pessoas, mas fiquei profundamente chocada com a forma como as pessoas estão ali a viver e ao mesmo tempo cheia de admiração por elas porque, em vez de se queixarem, apenas pedirem desculpa por a casa não estar suficientemente arrumada. Isso supõe uma dignidade tal, no meio da sua miséria, que me fica a tristeza de não lhes poder responder.

— Há quem pense que a sr.ª primeiro-ministro vem perdendo alegria e jovialidade. Concorda?

— Alegria não perdi, apesar de não saber como é que ela se mede. Até pelo contrário, vi tantas fotografias de mim própria sempre a rir, que a certa altura disse: «Alguma vez tenho de aparecer com a seriedade fisionómica que as pessoas esperam». Acho que não perdi alegria, de modo nenhum. O que tenho encontrado, me- ses, e isso abala-me, têm sido alguns obstáculos em pessoas

e em instituições onde não esperava encontrá-los.

— Nomeadamente na banca?

— A banca está-se a comportar, na maioria dos casos, com regras que ela própria cria, ao que vejo e leio nos jornais. Isso parece-me um indício muito grave, porque a banca deve esperar e pedir ao Governo orientações para a sua própria atribuição de crédito. E, por outro lado, se é realmente banca nacionalizada, do povo, como na altura tão orgulhosamente quis fazer sentir e disse, nessa altura a própria banca deve fazer uma avaliação dos créditos que estabelece, a quem os dá e quem vai beneficiar com eles. Mas, evidentemente, que é uma organização que tem as suas regras próprias, que não pretendo subestimar, que tem vivido também sob a ameaça de possível rotura cambial ou de liquidez, e isso, necessariamente, põe as pessoas cautelosas. Mas quando somos cautelosos de mais, acabamos também por deixar de lado aquele mínimo de risco e de aposta que é indispensável para contribuir na reconstrução do país.

* O que produzimos e como produzimos?

— A sr.ª engenheira deixou hoje (ontem) de manhã uma perspectiva nova sobre as relações entre as associações patronais e os próprios sindicatos. Não se importa de a aprofundar ligeiramente?

— Isso para mim é muito importante e sinto isso desde o 25 de Abril. Desde o 25 de Abril, o problema pôs-se exageradamente, a meu ver, em termos de luta de classes. Trabalhadores-capital, trabalhadores-capitalistas, trabalhadores-entidade patronal. Em muitos casos a entidade patronal era de facto possuidora da sua empresa, mas muitas vezes, em pequenas empresas nem sequer podíamos falar, em termos objectivos, de luta de classes. Mas quando se ultrapassou a fase de utilização verbal dessa terminologia, o que aconteceu foi que ficaram extremados os campos entre os trabalhadores e as entidades patronais, entre os sindicatos e as confederações que representam a entidade patronal. E, para mim, desde o início do 25 de Abril, o que está em causa não é só isso, mas é conjuntamente a grande interrogação: o que é que nós produzimos? E esta pergunta que leva à definição de uma política agrícola e de uma política industrial. Nós não conseguimos ainda nem sequer formulá-la. Ainda bem que reconheço que é uma perspectiva diferente e, de certa maneira, mais ampla. Eu considero que essa é a perspectiva verdadeira e revolucionária. É dizer no país que somos hoje, no espaço em que nos inserimos, o que é que devemos produzir. E é a resposta a essa interrogação,

mesmo que ela nos obrigue a cortar um certo número de coisas e a alargar o nosso âmbito de acção para outras, é essa pergunta e essa resposta, dizia, que são determinantes do nosso futuro.

* Nenhum caminho está vedado às mulheres

— é a sensação que já existe

— Um Governo que tem como chefe uma mulher que fez em prol das mulheres?

— Objectivamente acho que fiz muito pouco. Por um lado porque ele tem uma duração muito limitada e não estava no meu horizonte imediato por em execução alguma medida específica. Mas também porque nós temos tido ao longo de uma série de anos — e tenho a impressão que posso dizê-lo com um bocadinho de vaidade que contribui para isso uma vez que fui a primeira responsável da Comissão da Condição Feminina quando ainda nem se chamava assim — temos tido ao longo de vários anos uma legislação que tem vindo a melhorar substancialmente as condições das mulheres. No entanto, se não realizei algum acto em prol das mulheres, acho, através das com que converso e das que me escrevem, que há qualquer coisa que não fui eu que fiz mas o facto de eu ser uma mulher, que é o facto de as mulheres, tendo uma mulher como chefe de Governo, vêem que nenhum caminho lhes está vedado e que é possível às mulheres afirmarem-se com a sua maneira de ser e de ver os problemas sem terem de se refugiar sempre na maneira tradicional. Repare que quando sou objecto de determinadas críticas, que uso um discurso poético ou que converso convosco, jornalistas, que falo muito, tudo isso decorre da minha maneira de ser como mulher. Não me importo de o fazer porque tenho a consciência de que ao fazê-lo estou também a contribuir para que outras mulheres sejam fiéis a elas próprias nos sítios onde estão.

— Ainda não pensou no seu futuro político?

— Não, eu não penso em termos de carreira. Penso no sentido de levarmos este país para melhor. Temos de encontrar caminhos novos, temos de ser ousados nas coisas que desejamos. Temos de ser isso — mas não o estou a ser suficientemente neste Governo, temos de ser intransigentes com aqueles que nos travam o caminho, mas intransigentes de uma maneira absolutamente radical. Temos de ser muito mais concretos a muito mais estimuladores da grande dispersão de esforços que há entre nós. Isso faz parte do meu futuro político, na medida em que em qualquer lugar, ou função oficial ou sem ela é uma tarefa que não posso riscar da minha vida porque faz parte de um horizonte, e das nossas ideias...